



COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2025.
(Do Sr. Gustavo Gayer)

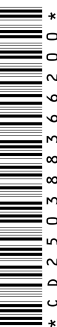
Requer informações ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, sobre a decisão do Governo Federal de retirar o Brasil da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, e após deliberação desta comissão, que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, sobre a decisão do Governo Federal de retirar o Brasil da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA).

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- *Qual a data exata em que foi formalizada a decisão de retirada do Brasil da IHRA?*
- 2- *Quais autoridades participaram da deliberação e assinatura do documento de desligamento? Favor enviar documentos da deliberação e decisão.*
- 3- *A decisão passou por análise jurídica ou parecer técnico do Itamaraty? Em caso positivo, enviar cópia da análise e do parecer.*
- 4- *Quais os fundamentos diplomáticos, políticos e jurídicos que embasaram a retirada do Brasil da IHRA?*





- 5- *Houve consulta prévia a outras pastas, entidades da sociedade civil ou membros da comunidade judaica brasileira?*
- 6- *Quais os impactos diplomáticos estimados pelo Itamaraty em razão da saída da aliança?*
- 7- *O Governo pretende aderir a alguma outra organização internacional que trate da memória do Holocausto ou do combate ao antissemitismo?*
- 8- *Por qual motivo a medida não foi comunicada oficialmente ao Congresso Nacional ou à sociedade por meio dos canais oficiais do Governo?*
- 9- *Qual o entendimento do MRE sobre a permanência da memória do Holocausto como compromisso civilizatório nas relações exteriores brasileiras?*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro das Relações Exteriores entenda como pertinentes, sobre o tema.

JUSTIFICAÇÃO

A decisão recente do Governo Federal de retirar o Brasil da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA) gerou indignação entre parlamentares e diversos setores da sociedade civil, especialmente diante da ausência de uma comunicação oficial transparente à população e ao Congresso Nacional¹. O Brasil ocupava posição de observador desde 2021, e a desfiliação representa um grave retrocesso na política de direitos humanos e na defesa da memória histórica dos horrores do Holocausto.

A IHRA é uma aliança de Estados comprometidos com a promoção da educação, pesquisa e memória do Holocausto, em combate ao

¹ <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/vergonhosa-e-repugnante-oposicao-reage-a-decisao-sobre-holocausto/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

antissemitismo, negacionismo e à distorção histórica dos crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial. A permanência do Brasil nesse grupo, ainda que como observador, era um símbolo do compromisso nacional com a dignidade humana e com os princípios da civilização contra os horrores totalitários do século XX.

Destaca-se, que a retirada do país da IHRA não foi publicamente anunciada, tampouco debatida em âmbito legislativo ou com a sociedade. A medida contrasta com o discurso oficial do Governo Federal que afirma priorizar os direitos humanos e os princípios humanitários internacionais.

Além disso, essa decisão compromete a imagem internacional do Brasil em um momento em que o antissemitismo cresce em diversas regiões do mundo.

Diante da gravidade da decisão tomada pelo Poder Executivo e da falta de transparência que a envolveu, faz-se necessário que o Ministério das Relações Exteriores esclareça os fundamentos que embasaram a saída do Brasil da IHRA, assim como os impactos políticos e diplomáticos decorrentes.

Pelo exposto, o Congresso Nacional tem o dever de fiscalizar os atos do Poder Executivo, sobretudo quando envolvem compromissos internacionais sensíveis que tocam valores universais da dignidade humana.

Sala das Sessões, de de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

